

Apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativo ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. São Paulo, 22 de Fevereiro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)			
	31/12/2016	31/12/2015	
ATIVO			PASSIVO
Circulante	1.476	122.197	Circulante
Disponibilidades	267	195	93.239
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	-	119.786	3.069
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	119.786	90.170
Operações de crédito (Nota 7)	-	6	11.291
Sector privado	-	9	10.429
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3)	11.291
Outros créditos	1.209	2.210	20.976
Diversos (Nota 8)	1.209	2.210	
Outros valores e bens	-	-	17.500
Outros valores e bens	-	54	107.500
Provisão para desvalorização	(25)	(54)	3.482
Realizável a longo prazo	124.029	22.817	Ajuste de avaliação patrimonial
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	99.418	-	(6)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	99.418	-	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.061	4.443	Total do passivo
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6)	5.061	4.443	125.506
Outros créditos	19.550	18.374	145.015
Diversos (Nota 8)	19.550	18.374	
Permanente	1	1	
Imobilizado de uso	1	1	
Outras imobilizações de uso	5	5	
Depreciações acumuladas	(4)	(4)	
Diferido	-	-	
Total do ativo	125.506	145.015	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)					
	Reservas de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
	Legal	Estatutária		Total	Total
Saldos em 01 de julho de 2016	107.500	2.429	24.315	-	134.241
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3)	-	(3)
Outros eventos	-	-	-	5.738	5.738
Resultado do semestre	-	-	-	5.738	5.738
Destinações:	(90.000)	287	(23.549)	-	(7.38)
Constituição de reservas	-	287	451	-	(738)
Redução de capital (Nota 12)	(90.000)	-	-	(90.000)	(90.000)
Distribuição de lucros (Nota 12)	-	-	(24.000)	(24.000)	(24.000)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.500	2.716	766	(6)	20.976
Mutação do semestre	(90.000)	287	(23.549)	(3)	(113.265)
Saldos em 01 de janeiro de 2016	107.500	2.253	20.951	(1)	130.703
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(5)	(5)
Outros eventos	-	-	-	9.278	9.278
Resultado do exercício	-	-	-	9.278	9.278
Destinações:	(90.000)	463	(20.185)	-	(9.278)
Constituição de reservas	-	463	3.815	-	(4.278)
Redução de capital (Nota 12)	(90.000)	-	-	(90.000)	(90.000)
Distribuição de lucros (Nota 12)	-	-	(24.000)	(24.000)	(24.000)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.500	2.716	766	(6)	20.976
Mutação do exercício	(90.000)	463	(20.185)	(5)	(109.727)
Saldos em 01 de janeiro de 2015	107.500	1.774	11.864	-	121.138
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	(1)
Outros eventos	-	-	-	9.566	9.566
Resultado do exercício	-	-	-	9.566	9.566
Destinações:	-	479	9.087	-	(9.566)
Constituição de reservas	-	479	9.087	-	(9.566)
Redução de capital (Nota 12)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.500	2.253	20.951	(1)	130.703
Mutação do exercício	-	479	9.087	(1)	9.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN: a. CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/2012; b. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; c. CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; d. CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; e. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; f. CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e g. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. Auração do resultado: Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pró-rata" dia. **b. Operações de crédito e depósitos interfinanceiros:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e respectivos encargos retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pró-rata" dia. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do semestre. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, entre "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco, que deve ser realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. As operações vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controlada em conta de compensação, não mais figura no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H". **f. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é

constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados perdas no semestre. **h. Outros Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **i. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição sobre o lucro líquido foi calculada a alíquota de 15% para as empresas financeiras, sobre os resultados apurados até 31 de agosto de 2015; e 20% a partir de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e estudos técnicos e análises da administração em atendimento a Resolução CMN nº 3.059/02 e 3.355/06. **j. Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão substanciadas nas disposições da Resolução CMN nº 2.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN, sendo estas as seguintes: **Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas estimadas e como remotas não são provisionados e ou divulgados; **As obrigações legais** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade. **L. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços. **m. Demonstração do fluxo de caixa:** Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) das transações que não envolvem caixa; (ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e (iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	267	195
Total	267	195
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez		
	31/12/2016	31/12/2015
Até 360 dias	-	119.786
Acima de 360 dias	99.418	-
Total	99.418	119.786
6. Títulos e Valores Mobiliários - disponíveis para venda		
Vinculados a prestação de garantias, com vencimento.	31/12/2016	31/12/2015
	Valor na curva	Valor de mercado
	31/12/2016	31/12/2015
Disponíveis para venda	5.067	5.061
Letras Financeiras do Tesouro	5.067	5.061
Total	5.067	5.061

Em 31 de dezembro de 2016, foi apurado ajuste negativo no patrimônio líquido, já descontado os efeitos dos impostos, no montante de R\$ 6 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2015) relativo a títulos disponíveis para venda.

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos Rating E	-	9
De 91 a 180 dias	-	9
Total	-	9
Provisão	-	3

7. Operações de créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Composição por vencimento e níveis de risco das operações de crédito

Operações de crédito direto ao consumidor	31/12/2016		31/12/2015	
	Total	%	Total	%
	-	-	9	100
	-	-	9	-
Total	-	-	9	100
Provisão	-	-	3	-

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de março de 2015 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicarmos esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)				
	2º Semestre		2015	
	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	7.023	13.950	13.099	
Operações de crédito (Nota 14)	31	82	185	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.992	13.868	12.914	
Despesa da intermediação financeira	1	3	(1)	
Provisão / Reversão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7c)	1	3	(1)	
Resultado bruto da intermediação financeira	7.024	13.953	13.098	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(399)	(898)	1.563	
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(206)	(377)	(560)	
Despesas tributárias (Nota 18)	(337)	(803)	(749)	
Outras receitas operacionais (Nota 16)	580	1.144	3.998	
Outras despesas operacionais (Nota 17)	(436)	(862)	(1.126)	
Resultado operacional	6.625	13.055	14.661	
Resultado não operacional	83	83	8	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	6.708	13.138	14.669	
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	(970)	(3.860)	(5.103)	
Provisão para Imposto de renda	(455)	(1.640)	(2.174)	
Provisão de contribuição social	(413)	(1.371)	(1.517)	
Ativo Fiscal Diferido	(102)	(849)	(1.412)	
Resultado líquido do período / exercício	5.738	9.278	9.566	
Resultado líquido por ação - R\$	0,05	0,09	0,09	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

b) Composição por setor de atividade das operações de crédito

	31/12/2016	31/12/2015
Setor privado - Pessoas físicas	-	9
Total	-	9

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	3	20
Provisão constituída / (reversão)	(3)	1
Créditos baixados	-	(18)
Saldo final	-	3
Recuperação	78	183

d) Concentração dos principais devedores

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	-	-	88,89	0,01
10 Maiores	-	-	11,11	0,00
20 Maiores	-	-	0,00	0,00

8. Outros créditos - diversos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Crédito tributário (a)	19	5.062	5.081	1.241	4.690	5.931

Devedores por depósitos em garantias (Nota 10a)

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda a compensar/recuperar	1.182	20
Devedores diversos - País	8	2
Total	1.209	20.759

Sofisa S.A. Crédito Financiamento e Investimento - CFI

Créditos tributários

	31/12/2015	reversão	31/12/2016
Prejuízos fiscais	526	(526)	-

Diferenças temporárias:

	31/12/2015	31/12/2016
Créditos de liquidação duvidosa	1	(1)
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	2.606	(193)
Provisão para impairment de BNDU	6	-
Outras	9	(8)
Total das diferenças temporárias	2.622	(9)

Total do crédito tributário de Imposto de Renda

	31/12/2015	31/12/2016
Base de cálculo negativa de CSLL	565	(565)

Diferenças temporárias: